

O QUE A PANDEMIA NOS AJUDOU A PERCEBER SOBRE ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NO BRASIL?

WHAT HAS PANDEMIC HELPED US TO PERCEIVE ABOUT ECONOMIC AND SOCIAL ASPECTS IN BRAZIL?

DOI: <http://dx.doi.org/10.16891/2317-434X.v9.e1.a2021.pp821-822>

Lucas Gabriel Bezerra Lima

Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV EASESP
E-mail: limalucasgabrielbezerra@gmail.com

A pandemia da COVID-19 foi um cenário propício ao fortalecimento do “empreendedorismo” (se assim podemos chamar) e informalidade no Brasil, surgindo como solução para o contingente de desempregados. Tal cenário provocou consequências aos trabalhadores, como desregulamentação e relativização dos direitos trabalhistas, desestruturação do mercado de trabalho e consequentemente a precarização do trabalho. A relação empregado-empregador foi substituída pela entre o trabalhador autônomo e o(s) demandantes do trabalho, houve, portanto, um crescimento das atividades autônomas, independentes, espontâneas e empreendedoras. A busca por estratégias de sobrevivência à crise fez surgir a figura do auto empreendedor, “empreendedor de si”, “patrão de si”.

Estamos em meio a uma pandemia no século XXI, e mesmo diante de tanto progresso tecnológico e científico, um vírus conseguiu revelar um conjunto de contradições sobre o mundo ao qual não conseguíamos enxergar. Entre essas revelações, vimos o desvelamento da condição do(a) Empreendedor(a) no Brasil. Percebemos que os negócios brasileiros não suportam o isolamento social, uma vez que a maioria dos negócios no Brasil é pequeno, é de baixa tecnologia e serve para subsistência familiar ou do próprio empreendedor (GEM, 2018), e a uma vez que o discurso neoliberal de integração de mercado global tente propagar a liberdade do agente econômico para transacionar, e nunca se fez tão clara a importância dos governos no alívio do sofrimento humano, com o engajamento dos governantes em prol de uma agenda política comprometida com a mudança, mesmo em economias ultraliberais, como ocorreu quando o Governo Federal Brasil precisou sancionar o auxílio emergencial de R\$ 600

para **trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa – em que, até então, o Governo era empecilho sob a ótica dos liberais.**

Nos cabe, portanto, neste momento, discutir o Empreendedorismo para além das necessidades do mercado, que mudam conforme a taxa de valor, mas a partir da consciência dos/as trabalhadores/as, afinal, por mais que as mediações do capital busquem produzir uma consciência de classe burguesa na classe trabalhadora, ela não corresponde ao ser da classe trabalhadora/empreendedora do Brasil – e aqui estamos tratando da maioria. Espera-se que com a pandemia, seja possível refletir acerca da categoria burguesa “empreendedor” considerando as contradições do trabalho precário. Dessa forma, faz-se imperativo que voltemos a problematizar a naturalização desses valores burgueses como se fosse universal, sobretudo porque com a indústria 4.0 batendo na porta do desenvolvimento das forças produtivas, “carreiras”, nos moldes tradicionais, ou ideológicos serão raras – pelo menos em *terra brasilis*.

De modo geral, os pequenos negócios (Micro e Pequeno Empresário, autônomos, trabalhadores informais, vendedor de produto no *instagram*) não conseguem ser lucrativos, e suas atividades não produzem caixa para manter a operação, e o que faturam serve para custear os baixos pagamentos dos funcionários (que muitas vezes trabalham na informalidade), retirar uma pequena quantia para sobrevivência do empreendedor, e arcar com as meras obrigações do negócio. Portanto, esses negócios não são capitalistas (não acumulam para gerar mais riqueza), e esses “empreendedores” são trabalhadores como qualquer outros, longe da ideia do “homem de sucesso”

nos negócios, pois em 79% desses negócios, o faturamento não ultrapassa dois salários mínimos por mês (GEM, 2018). Logo, é necessária a consciência de classe para entendermos e discutirmos o ‘Empreendedor’ brasileiro e que é ilusão aceitarmos a sustentação de um “empreendedorismo por oportunidade” no Brasil, quando condições reais sobre as quais esses negócios surgem, é o mecanismo que esses homens e mulheres encontram para sustentar a si próprio e sua família.

Portanto, cabe a nós refletir sobre o que viemos discutindo e tendo como modelo de apresentação de negócios, como *Startups*, grandes empresas tecnológicas, como *Google, Apple, Microsoft*, pois não é esse o cenário econômico brasileiro. As startups no Brasil representam apenas 0,5% dos negócios (GEM, 2018), é tão pouco e defasado, que para elas funcionarem elas precisam passar por editais para incubação e financiamento, para que recebam apoio institucional de órgãos como: Governo, Agentes Econômicos, Universidades. E por que esse mesmo apoio não é subsidiado para os pequenos negócios brasileiros que sofrem uma concorrência desigual dos grandes e de empresas tecnologicamente desenvolvidas?

Diante desse desmonte, fica evidente o modo como o Brasil, com sua lógica governamental hegemônica, está organizado para operar e transferir suporte a sua população a partir de uma Ética da Independência, em que compete ao indivíduo, e somente ao indivíduo, a responsabilidade por resolver o bem-estar

da vida dele, em todos os aspectos sociais: educação, saúde, lazer, etc. E dentro dessa lógica, que nos é colocada desde a nossa infância, nós não refletimos por que é necessário produzir mais para ter melhor acesso à saúde, mesmo com um Sistema Único de Saúde operando no país, por que é necessário produzir mais para dar melhor acesso à educação básica aos filhos, e por isso a (falsa) lógica do empreendedorismo se perpetua e encontramos no Brasil uma força de trabalho resumida em pessoas exercendo funções sem garantias trabalhistas (trabalhando na informalidade), uma fatia menor até um salário mínimo e outra pequena fatia recebendo entre 2 a 5 salários para ter acesso ao que o Governo não concebe.

Refletimos, então: O talento e o esforço inovativo que conferiram elevado retorno às “gigantes da inovação do mundo moderno” não poderiam ser mais bem empregados na resolução das mazelas sociais? Não estaríamos supervalorizando inovações com baixo impacto social e que pouco refletem igualitariamente no PIB e subestimando as externalidades negativas dessas inovações? A evolução das inovações voltadas à economia de mão de obra num mundo com oferta cada vez maior de mão de obra não seria prejudicial? Por que inovações voltadas à resolução dos problemas ambientais e sociais não são tão ou mais valorizadas que essas inovações? Esses são questionamentos que precisam ser feitos

REFERÊNCIAS

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). GEM Brasil 2018(Sebrae e IBQP). Disponível: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/GEM-2018-Apresentação-SEBRAE-Final-slide.pdf>. Acesso em 25 de dezembro de 2020.